

Combate ao trabalho infantil é foco de debates no mês de junho

O período é marcado, mundialmente, como o mês onde são intensificadas ações de combate ao trabalho infantil. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) participou de diversos eventos voltados a essa temática, nos quais manifestou o seu posicionamento enfaticamente contrário ao trabalho precoce e voltado para a busca por garantir melhores condições de vida, saúde e educação para crianças e adolescentes.

► **Páginas 14 a 16**



ANPT participa de ações em todo o Brasil contra Projeto de Lei que regulamenta terceirização sem limites

Entre sessão especial do Senado Federal, audiências públicas em todo o país, além de reuniões com os principais articuladores no Congresso Nacional, a ANPT tem buscado garantir que seja barrada a cada vez mais preocupante precarização das relações de trabalho. O PL da terceirização, que está em tramitação no parlamento, tem sido motivo de diversas discussões pelo Brasil.

► **Páginas 6 a 11**



Foto: Ascom/ANPT

ELEIÇÕES PGR

ANPT reúne-se com todos os candidatos

Página 19

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA DO MP

Intensificados os contatos no Parlamento

Página 21



Procuradora passa a ocupar a cadeira de nº 8

Academia Brasileira de Direito do Trabalho

A procuradora do Trabalho aposentada, e associada da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Joselita Nepomuceno Borba, foi empossada, dia 20 de junho, na Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Ela passa a ocupar a cadeira nº 8, patrocinada por Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, tendo sido fundador e único ocupante o acadêmico Sebastião Rodrigues Lima.

Empossado novo ministro do STF

Foi empossado, dia 16 de junho, como novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) o magistrado Luiz Edson Fachin. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da so-

lenidade, que aconteceu na sede da suprema Corte.

Azevedo Lima acompanhou, também, a aprovação do nome do novo ministro na sessão Plenária do Senado Federal, dia 19 de maio. Ainda neste mesmo dia, a ANPT manteve, inclu-

sive, contatos com diversos senadores, tendo sido também providenciada a entrega a cada um dos 81 integrantes daquela Casa Legislativa ofício por meio do qual se reiterava, formalmente, o apoio da entidade à aprovação do nome de Fachin.

Homenagem ao ex-corregedor-geral do MPT



Manoel Goulart recebeu placa de homenagem da ANPT

Foi realizada, pelos membros da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco, e com participação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), homenagem ao subprocurador-geral do Trabalho Manoel Orlando de Melo Goulart, dia 15 de julho, o qual era corregedor-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT) desde 2013, cargo que exerceu até sua aposentadoria, ocorrida no último mês de junho. O presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, destacou a relevante atuação do procurador ao longo de suas três décadas de carreira na instituição, onde ocupou os mais variados cargos, “sempre pautando sua conduta pela característica que lhe era reconhecidamente peculiar, voltada para o diálogo como forma de alcance da imprescindível solução de conflitos”.

Ex-procuradores-gerais do MPT

Foi descerrada, dia 28 de maio, a foto do subprocurador-geral do Trabalho Otávio Brito Lopes, na galeria de imagens de ex-procuradores-gerais do Ministério Público do Trabalho (MPT). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo

de Azevedo Lima, participou da cerimônia, que aconteceu na antiga sede da instituição, em Brasília. Brito Lopes foi procurador-geral do Trabalho no biênio 2007/2009 e reconduzido, posteriormente, para mais dois anos, exercendo o cargo até agosto de 2011.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2014/2016

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Presidente

Ângelo Fabiano Farias da Costa
Vice-Presidente

Marcelo Adriano da Silva
Secretário-Geral

Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro
Diretora Financeira

Rafael Garcia Rodrigues
Diretor de Relações Institucionais

Ericka Rodrigues Duarte
Diretora de Assuntos Jurídicos

Helder Santos Amorim
Diretor de Assuntos Legislativos

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
Diretora de Assuntos Sociais e de Eventos

Heleny Ferreira de A. Schittine
Diretora de Comunicação

Márcia Bacher Medeiros
Diretora

Jeibson dos Santos Justiniano
Diretor

Celeste Maria Ramos M. Medeiros
Diretora

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima e Gustavo Rocha, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão. Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT participa de audiência pública para debater o enfrentamento à corrupção

Foi realizada, dia 15 de maio, sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça, audiência pública sobre a “agilização de processos judiciais, procedimentos administrativos e demais procedimentos apuratórios relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público”. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da reunião, que ocorreu no salão nobre do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, e teve por objetivo fornecer dados para se obter melhorias em processos que tenham relação com essa temática. O evento contou também com a participação do vice-coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap), Ruy Fernando Gomes Cavalheiro.

Em seu pronunciamento, o presidente da ANPT destacou, logo no início de sua manifestação, não haver, nem de longe, qualquer dissociação entre a atuação dos membros do MPT, por alguns talvez questionada em razão do fato de ser mais específica da área trabalhista, com o combate à corrupção. Segundo ele, a atuação institucional desenvolvida com êxito, e já há muito tempo, no combate a contratações ilícitas na seara pública já atesta a relação direta do trabalho desenvolvido pelo *Parquet* laboral com o combate a práticas de corrupção.

Azevedo Lima falou sobre a necessidade de se refletir sobre a questão da terceiri-



zação e a maneira como se materializam os respectivos contratos. De acordo com ele, muitas dessas terceirizações nascem de licitações fraudulentas e servem como verdadeiros dutos que são utilizados para irrigar de vultosos recursos toda uma rede de corrupção. “A terceirização traz muitos outros problemas além daqueles já conhecidos quanto à inadmissível precarização das relações de trabalho, que também é muito grave, até porque se cabe ao Estado adotar políticas públicas voltadas para o respeito aos Direitos Humanos, não se mostra lógico que esse mesmo Estado desembolse significativas quantias para pagar faturas decorrentes de contratos que, na prática, deixam de observar a dignidade dos trabalhadores”, enfatizou.

O presidente da ANPT sugeriu ainda que houvesse uma atuação mais concatenada entre os órgãos públicos de controle e elogiou a realização da audiência pública com a participação de diversas instituições. Ele falou, também, que,

conquanto vários dos órgãos ali presentes sejam usuários de eficientes sistemas de processamento de dados, “deve-se buscar avançar na interoperabilidade dos respectivos sistemas, até porque não adianta, ou se viabiliza menos do que se poderia alcançar, termos sistema excelentes em cada um desses órgãos se eles não conversam entre si”, ressaltou.

Por fim, Azevedo Lima destacou a importância de se buscar alternativas de aproximação cada vez maior com a sociedade. “É muito importante que todos os segmentos sociais estejam efetivamente envolvidos no debate dessas importantíssimas questões, razão pela qual há de se buscar campanhas de comunicação valendo-se de *interfaces* mais amigáveis, para que se possa conversar de maneira mais clara e direta com a população e para que, assim, ela venha e se engajar mais efetivamente nessa luta, que é de todos nós”, disse.

Confira a íntegra da matéria no site www.anpt.org.br 

Foto: Ascom/ANPT

PGR lança campanha internacional de combate à corrupção

No dia 25 de maio foi lançada na Procuradoria-Geral da República (PGR) a campanha “Corrupção NÃO”, em parceria com a Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (Aiamp). O evento, realizado no auditório da PGR, contou com a presença do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, de membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de todos os ramos do Ministério Público brasileiro, conselheiros dos Conselhos

Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ), além de diversas outras autoridades, do Brasil e de vários países estrangeiros.

Na ocasião, foi realizada também a abertura do seminário “10 anos de Cooperação Internacional do MPF”, no qual palestrantes discutiram a cooperação entre as nações, avanços na atuação conjunta, casos emblemáticos, repatriação de ativos, entre outros temas.

Entidades de classe reúnem-se para debater pauta comum

Dirigentes das entidades de classe que representam os quatro ramos do Ministério Público da União (MPU), entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, reuniram-se nos dias 02 de junho e 20 de maio, em Brasília. O objetivo das reuniões foi discutir a atuação conjunta em temas de interesse para os membros das categorias ali representadas e aprofundar o debate acerca da necessidade de maior participação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Ministério Público Militar (MPM) no processo eleitoral para a escolha do novo procurador-geral da República, que deve ocorrer em breve.

Sobre este assunto, o grupo acertou que, entre outras questões que estão sendo debatidas, deverá ser promovido um debate entre os candidatos ao cargo de PGR específico para os membros desses três ramos do MPU, o qual ocorrerá na sede do MPT, sendo organizado pela ANPT. Independentemente disso, também foi consenso a necessidade de garantia da participação de todos os ramos nos demais debates, além desse específico que já será realizado, inclusive oportunizando-se nos demais a elaboração e formulação de perguntas diretas por todos os ramos, a serem apresentadas diretamente pelos dirigentes das respectivas entidades de classe.



ANPT foi sede da reunião realizada em junho

Foto: Ascom/ANPT

Outras questões também foram tratadas durante ambas as reuniões das Associações, como a concessão de auxílio-moradia para cônjuges e aposentados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 63/2013, que trata do restabelecimento do equivalente ao adicional por tempo de serviço e, ainda, o acúmulo de funções e a gratificação por exercício cumulativo de ofícios. Foi tratada também a questão da garantia de recursos orçamentários para pagamento de débitos alusivos à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e da conversão em pecúnia da licença-prêmio para os membros que para tanto já tenham preenchido os requisitos, além da atuação conjunta das entidades em relação a diversos outros temas. **N**

Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do MP tem participação da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 25 de junho, da 97ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCGMP). A pauta da reunião contou com diversos temas de interesse de todo o Ministério Público, incluídos diálogos com conselheiros

do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), propostas de alteração de resoluções deste último colegiado, possibilidade de remoção por permuta entre membros vitalícios do Ministério Público, discussões de teses alusivas a princípios institucionais, bem como ao poder disciplinar e a modelo de gestão administrativa, entre outros.

Lançado novo manual do Portal da Transparência do MP

Foi lançado, dia 16 de junho, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o novo manual do Portal da Transparência do Ministério Público. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram do evento, ao lado de diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O novo manual do Portal da Transparência do Ministério Público altera o padrão de navegação do Portal atual para reunir todas as informações exigidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) no MP. Além disso, a nova edição dá ênfase à comunicação com o público sobre a atividade-fim da instituição, insere tabelas para facilitar a consulta pelos usuários e traz esclarecimentos sobre o conteúdo da informação a ser disponibilizada



Membros do MPT e conselheiros do CNMP prestigiaram o evento

na modalidade “transparência ativa”, aquela que independe de requerimento do usuário. **N**

ANPT defende a importância do exercício do magistério por membros do MP

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promoveu, dia 13 de maio, audiência pública para colher sugestões e instruir propostas, em trâmite no CNMP, que buscam alterar dispositivos da Resolução CNMP nº 73/2011. A norma dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o do magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, manifestando-se na audiência, que aconteceu na sede do Conselho.

O presidente da ANPT destacou que a matéria em debate integra o regime jurídico do Ministério Público e, como tal, deve respeitar a reserva de lei, até porque a Constituição Federal, ao tratar da possibilidade de membro da instituição exercer o magistério, não estabeleceu limitações, aí incluída de carga horária a ser cumprida na condição de professor. Sendo assim, de acordo com o procurador, norma infralegal não poderia trazer limitações do gênero.

Azevedo Lima também discorreu sobre a limitação de vinte horas-aula semanais, consideradas como tais as efetivamente prestadas em salas de aula, para o exercício de magistério aos membros do MP, ao passo em que proposta de resolução que atualmente tramita naquele colegiado pretende restringir ainda mais, considerando o limite de 20 horas para todas as atividades desempenhadas pelo promotor ou procurador que exerça o magistério. Para ele, não seria essa medida a mais adequada, visto que restringe e praticamente inviabiliza a participação de membros do Ministério Público em atividades de magistério na quase totalidade das universidades brasileiras.

“A consequência disso, entre outras não menos perigosas e preocupantes, é que os membros do Ministério Público deixarão de poder contribuir com suas experiências e visão doutrinária nas entidades de ensino. Deixarão também de se beneficiar com o aprimoramento funcional decorrente do intercâmbio de conhecimentos no ambiente universitário. Atualmente, o membro do Ministério Público já é um cidadão pela metade, não tendo sequer possibilidade de participar ativa e passivamente do processo



ANPT manifestou seu posicionamento sobre o assunto durante a sessão

Foto: Ascom/ANPT

político, submete-se a toda uma gama de restrições profissionais, tendo apenas o magistério como possibilidade de atividade concomitante, mas, com a imposição de limitações como algumas que se tem inserido em propostas de resoluções, nem mesmo isso mais será viável num futuro muito próximo, e precisamos estar atentos a isso, pois perderia a instituição e a própria sociedade”, disse.

O presidente da ANPT ainda ressaltou que eventuais casos de abusos, de desvios, de excessos, sejam apurados e punidos e enfatizou, quanto a isso, que “a análise tem de se dar à luz da compatibilidade entre o exercício de uma e outra atividade, com os casos de desvirtuamento da regra sendo coibidos a partir da análise de cada caso concreto”.

Ele ponderou que, até mesmo em respeito à necessária paridade entre os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, seria importante que o CNMP adotasse, acerca da questão, posicionamento que se adota já há alguns anos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que não estabelece nenhuma carga horária ou outro limite, tratando da matéria sob a ótica da necessária observância da compatibilidade entre as duas atividades, “na linha, aliás, do entendimento já manifestado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em diversas decisões”, esclareceu.

Além do presidente da ANPT, diversas outras autoridades também falaram na audiência, a exemplo do procurador regional do Trabalho Cristiano Paixão, que representou a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Trabalho (MPT). **N**

Poder de investigação do MP é reconhecido em definitivo pelo STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, dia 14 de maio, a legitimidade do Ministério Público (MP) para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal e fixou os parâmetros da atuação do MP. Por ampla maioria, o Plenário negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 593727, com repercussão geral reconhecida. Com isso, a decisão tomada pela Corte será aplicada nos processos sobrestados nas demais instâncias sobre o mesmo tema.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o resultado obtido no julgamento no STF “tem enorme significado para o Estado de Direito como um todo, bem como para o próprio regime democrático, tendo em vista as missões

atribuídas pelo constituinte ao Ministério Público e seus membros, para o que se mostra imprescindível a utilização ampla das prerrogativas conferidas por essa mesma Constituição para o desempenho eficaz e cada vez mais efetivo da sua atuação na defesa dos interesses mais caros da sociedade brasileira”.

Ainda segundo ele, “não se mostraria sequer minimamente lógico imaginar que todo o sistema constitucional de prerrogativas e atribuições institucionais do MP se coadunaria com a postura de se comportarem seus membros como meros espectadores ou no máximo coadjuvantes da colheita de provas por outrem, o que ocorreria caso não pudessem investigar, o que, com o devido respeito às eventuais opiniões divergentes, não teria o menor sentido e fugiria à própria noção de razoabilidade”.

“A lógica da terceirização fere diretamente os direitos fundamentais dos trabalhadores”

Neste sentido se pronunciou o diretor de assuntos legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Helder Amorim, dia 19 de maio, durante sessão especial temática do Plenário do Senado Federal para debater a questão da terceirização. Diversas autoridades, especialistas na área e representantes dos trabalhadores e dos empresários participaram da sessão, que contou também com a presença do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo.

Durante sua manifestação, Helder Amorim disse que o Ministério Público do Trabalho (MPT) tem posição firme em relação ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15, que permite a prática da terceirização de serviços em todas as atividades das empresas, sem as limitações atualmente

existentes. De acordo com ele, para a instituição, a terceirização, ainda mais nos moldes definidos na proposta, com possibilidade de se dar também na atividade finalística das empresas, é inconstitucional, fere diretamente os direitos fundamentais dos trabalhadores e esvazia a função social da propriedade.

O diretor de assuntos legislativos da ANPT ressaltou diversos pontos da Constituição que tratam da garantia dos trabalhadores e disse que esses direitos compõem o grande sistema de proteção que é profundamente esvaziado pela terceirização, seja na atividade-fim, seja na atividade-meio. O meio ambiente do trabalho também foi lembrado por Amorim, que elencou, ainda, diversos direitos que são esquecidos ou, no mínimo, extremamente mitigados a partir da terceirização ilimitada, como o próprio direito a férias, cumprimento de cotas de contratação de trabalhadores com deficiência, o cumprimento das normas atinentes à aprendizagem, participação nos lucros da empresa, entre diversos outros.

“O MPT afirma que o esvaziamento dos direitos fundamentais do trabalho implica sim em inconstitucionalidade. A terceirização, mesmo na atividade meio, já é prejudicial. Toda empresa tem uma função social e a terceirização esvazia essa função. Esse projeto, o PLC 30/15, não interessa à sociedade brasileira porque ele não melhora a vida do trabalhador que hoje é terceirizado na atividade-meio. Nós, membros do Ministério Público do Trabalho, seguiremos defendendo que terceirizar a atividade-fim é inconstitucional”, completou.

*Confira a íntegra da participação de Helder Amorim no site www.anpt.org.br

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



Helder Amorim chamou a atenção sobre a inconstitucionalidade do PLC30

Ato Público cobra posição enfática do ministro do Trabalho contra o PLC 30/2015

A manhã do dia 25 de maio foi de protesto, em Belo Horizonte, contra o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015. O quarteirão da Rua Tamoios, em frente à Superintendência Regional do Trabalho (SRTE) foi tomado por representantes de entidades sindicais, membros do Judiciário e do Ministério Público. O diretor de assuntos legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Helder Amorim, participou do ato.

Após o ato público, a sede da SRTE foi ocupada pelos participantes do movimento contra a terceirização. Eles se reuniram com o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego para entregar uma carta aberta que reivindica uma posição enfática do Ministro do Trabalho, Manoel Dias, contra o projeto da terceirização sem limite. O documento, que conta com 35 signatários, entre eles a ANPT, exige “coerência vertical interna acerca do tema no âmbito

do Ministério do Trabalho e Emprego, porquanto a voz do Ministro de Estado à frente da pasta deve ressoar, à altura necessária, o diagnóstico uníssono daqueles que dia a dia promovem a fiscalização das condições de trabalho no país”.

Na ocasião, Helder Amorim ressaltou que há mais de 20 anos a terceirização tem sido usada com a finalidade de reduzir as conquistas obtidas pelos trabalhadores, além de enfraquecer o movimento sindical. “Esse modelo de terceirização esvazia o conteúdo e o sentido dos direitos fundamentais dos trabalhadores, sendo inclusive inconstitucional”, disse.

O Ministério Público do Trabalho foi representado também pela procuradora-chefe da PRT-3, Márcia Campos Duarte, e pelos procuradores Sônia Toledo, Aloísio Alves e Juliana Vignoli.

Fonte: Ascom/PRT-3

“Não podemos admitir tornar legal o que é ilegítimo, absurdo, imoral e inaceitável”

A frase acima foi dita, dia 14 de maio, pelo presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, em referência ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que está em discussão no Senado Federal. O procurador participou, naquela Casa Legislativa, de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado que discutiu “A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo”. O diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, Helder Santos Amorim, também falou no evento, que contou ainda com a presença da diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, de outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), deputados Federais, diversos senadores da República – inclusive o presidente, Renan Calheiros –, advogados, juizes, auditores-fiscais do trabalho, representantes de entidades sindicais, da sociedade civil em geral, entre outros.

Logo no início de sua manifestação, Azevedo Lima lembrou que há 127 anos o Brasil aprovava a Lei Áurea, que trazia, pelo menos no plano formal, a abolição da escravatura. “Infelizmente, contudo, isso não foi o suficiente para mudar satisfatoriamente essa realidade de desrespeito à dignidade dos trabalhadores, não sendo demais lembrar que ainda hoje, quase 130 anos depois, encontramos trabalhadores em condições análogas às de escravos”, disse.

O procurador fez uma ligação dessa questão com a que está atualmente em discussão no Senado sobre o PLC da terceirização. De acordo com ele, o trabalho terceirizado em si ignora a dignidade do trabalhador, retirando o respeito à sua própria identidade.

Ele ressaltou, ainda, que os defensores do PLC alegam que a sua aprovação seria boa para aumentar a competitividade no Brasil. “Com todo respeito, isso é mera falácia. Certamente não condiz com a verdade”, frisou.

“Entendemos que a essência dessa malsinada proposição legislativa é



Presidente da ANPT durante sua manifestação na audiência pública



Diretores da ANPT participaram do evento

extremamente precarizante. Não vemos como seria possível que meras e pontuais alterações ao seu texto viessem a tornar o projeto minimamente palatável, condizente com os direitos sociais, com os direitos humanos e com a dignidade dos trabalhadores. Por esse motivo, os membros do MPT de todo o Brasil fazem questão de dizer o seu não de maneira enfática e muito clara ao PLC 30, porque não podemos compactuar que se busque legalizar absurdos que já temos observado e combatido em nossa atuação cotidiana. Não há como se admitir que venha a se tornar legal o que é ilegítimo, o que é absurdo, o que é imoral, o que é inaceitável. Não, portanto, ao PLC 30, não ao desrespeito à dignidade dos trabalhadores, não à precarização cada vez mais crescente das relações de trabalho”, concluiu o presidente da ANPT.

INCONSTITUCIONALIDADE

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, por sua vez, reafirmou a posição do MPT pela inconstitucionalidade de qualquer iniciativa tendente a terceirizar

a atividade-fim das empresas. “Qualquer tentativa legislativa voltada a terceirizar a atividade-fim fere frontalmente a Constituição da República em eixos fundamentais”, disse.

O MPT tem acompanhado com muita atenção o processo de expansão da terceirização nas atividades finalísticas das empresas e, segundo o procurador, é perceptível que esse processo está voltado a duas finalidades básicas. A primeira seria desqualificar o mercado de trabalho e a segunda consiste em desmobilizar a organização sindical.

Para Helder Amorim, o PLC 30 é uma iniciativa de caráter e de ideologia escravocrata, porque tenta dissociar o trabalhador daquilo que lhe é mais caro, que é o trabalho como instrumento de dignificação. Esse trabalhador terceirizado, de acordo com ele, é arremessado de uma empresa para outra como migrante. “Ele é exilado numa empresa que não é sua, porque não tem empresa, ele é um homem sem pátria”, ressaltou.

“Os escravocratas não têm compromisso sequer com a vida e com a saúde dos novos escravos. Porque ele terceiriza a vida, o meio ambiente e se apropria apenas do resultado do trabalho. Nossa fala, então, é para lembrar que se a escravatura foi abolida, a sua lógica está longe de ser eliminada e a organização social certamente ensejará a rejeição desse e de outros tantos projetos que têm a norma da escravatura em sua gênese”, enfatizou.

*Confira a cobertura completa desse evento no site www.anpt.org.br. 

Presidente do Senado garante ampliação de debate sobre a questão da terceirização

Em reunião dia 07 de maio, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), garantiu aos integrantes do Fórum Nacional de Combate à Terceirização, entre eles o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15 não será votado sem antes ser amplamente debatido naquela Casa legislativa. O diretor de assuntos legislativos da Associação, Helder Amorim, e o diretor de Relações Institucionais da entidade, Rafael Garcia Rodrigues, também participaram da reunião, que contou com a presença, ainda, de outros senadores, advogados, auditores-fiscais do trabalho, acadêmicos e magistrados, inclusive do juiz e vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas. A audiência ocorreu a partir de requerimento conjunto da ANPT e do Sinait, tendo havido também pedido neste sentido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), com ampliação do convite às demais entidades e instituições integrantes do Fórum.

Durante a reunião, o presidente da ANPT destacou a grande preocupação da entidade com a precarização das condições de trabalho umbilicalmente relacionada, segundo ele, com a terceirização, principalmente a sem limites. “Louvamos a atitude da presidência já destacada publicamente no sentido de que, aqui no Senado, a proposição legislativa será discutida amplamente”, ressaltou Azevedo Lima. Ele enfatizou, também, ser muito importante que as mais variadas representações sociais possam participar formalmente dessas discussões e debates, “inclusive como forma de contribuir com o Parlamento em relação ao aprofundamento acerca de matéria tão importante”, esclareceu.

O senador Renan Calheiros, por sua vez, disse que “esta regulamentação não pode se dar mediante uma liberação

geral e irrestrita das hipóteses de terceirização, pois isso sem dúvida leva a que se precarize as condições de trabalho, o que não se pode admitir”, disse. Ainda de acordo com o presidente do Senado, a forma como a questão foi tratada, principalmente a redação que foi dada ao projeto, tem preocupado diversos segmentos da sociedade. “É evidente que o assunto divide opiniões. Nosso propósito é contribuir com a regulamentação, mas colocaram coisas demais, virou um ‘liberou geral’ em relação à regulamentação da atividade-fim. E aí o resultado é a precarização do trabalho, a diminuição dos salários. Temos que respeitar a velha senhora, que é a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Não dá para concordar com um novo modelo de desenvolvimento econômico do país baseado na retirada de direitos trabalhistas”, completou.



Diretores da ANPT com o presidente do Senado

Foto: Ascom/ANPT

Terceirização é tema de reunião com senador Paulo Paim

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve reunido, dia 05 de maio, com o senador Paulo Paim (PT-RS). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15 foi o tema em destaque do encontro, que contou, também, com a presença dos dirigentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Durante a reunião, foram debatidas estratégias de atuação no Senado Federal para que a matéria não seja aprovada, possibilitando-se o aprofundamento de debates relativos a medidas imprescindíveis para se garantir a proteção e o respeito aos trabalhadores e à sua dignidade, o que, de acordo com o presidente da ANPT, “foi lamentavelmente ignorado no texto aprovado na Câmara dos Deputados, que é extremamente precarizante em sua própria essência”, destacou.

Segundo o senador Paim, será necessário debater a matéria naquela Casa legislativa de maneira muito ampla, inclusive para

que os senadores possam entender de forma mais aprofundada todas as questões tratadas no Projeto. Ele disse, ainda, que não há porque haver pressa na apreciação do PLC, principalmente ante a relevância de se ampliar o debate. **N**



Senador reiterou seu interesse no aprofundamento dos debates sobre o tema

Foto: Ascom/ANPT

Curitiba é sede de ato público contra a terceirização com participação da ANPT

Foi realizado, dia 27 de maio, em Curitiba (PR), ato público contra a terceirização, promovido no Fórum Trabalhista da cidade. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que contou, também, com a presença de outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), a exemplo do procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná, Gláucio Araújo de Oliveira, e da procuradora do Trabalho Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, além de advogados e magistrados trabalhistas, auditores-fiscais do Trabalho, dirigentes sindicais e representantes da sociedade civil em geral.

O ato foi organizado pelo Fórum Paranaense de Combate à Terceirização, que reúne diversas entidades, com participação da ANPT, da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 9ª Região (AMATRA IX), da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR), do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, de centrais sindicais, entre outras.

A manifestação teve como principal objetivo alertar a população sobre os impactos negativos da proposta de regulamentação da terceirização para os trabalhadores. O projeto original (PL 4330/2014) foi aprovado pela Câmara dos Deputados dia 22 de abril e agora tramita no Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015.

Durante o evento, o presidente da ANPT destacou que o PLC tem um viés extremamente precarizante. Informou que os defensores do projeto argumentam que a terceirização serve para especializar cada vez mais as empresas e, com isso, aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços prestados. Sobre isso, ele afirmou ser falaciosa tal linha argumentativa, pois na verdade o que trará a propo-



Foto: Ascom/Amatra IX

sição legislativa, caso aprovada como se encontra atualmente sua redação, é a terceirização de toda e qualquer atividade, resultando em inegável precarização das relações de trabalho, situação que se agravará exponencialmente, segundo ele.

Azevedo Lima destacou pontos por ele considerados relevantes, como o imprescindível tratamento isonômico entre trabalhadores e a necessidade de se responsabilizar solidariamente toda a cadeia produtiva. Citou, ainda, dados estatísticos sobre as condições de trabalho dos terceirizados, como os que apontam que 80% dos acidentes fatais envolvem terceirizados.

Ele enfatizou, também, que não há que se admitir tamanha afronta aos direitos sociais, aos direitos humanos em geral e, de maneira mais enfática, “à própria dignidade dos trabalhadores, absolutamente vilipendiada por proposições legislativas como essa, que trata o trabalhador como mercadoria e, o que é mais grave, como uma mercadoria absolutamente descartável”, destacou. **N**

Reunião estabelece estratégias para a realização de audiências públicas contra a terceirização

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, esteve reunido, dia 1º de junho, com o senador Paulo Paim (PT-RS) e representantes de diversas outras entidades de classe e sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores. O objetivo do encontro foi traçar estratégias para realização de audiências públicas nos Estados contra o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que atualmente encontra-se em trâmite no Senado Federal.

De acordo com o vice-presidente da ANPT, a reunião foi importante para definir os próximos passos das entidades defensoras dos direitos trabalhistas na resistência contra a aprovação do projeto



Foto: Ascom/Senador Paulo Paim

de lei que libera a terceirização de mão-de-obra de forma ilimitada. “A realização de audiências públicas nos Estados tem como objetivo conscientizar a população desses locais dos males que a terceirização já traz

e dos efeitos perversos que advirão para os trabalhadores e para toda a sociedade, caso a sua liberalização para todas as atividades empresárias seja aprovada no Congresso Nacional”, ressaltou. **N**

Seminário em BH debate terceirização e retrocessos sociais

Foi realizado, dia 30 de abril, véspera do Dia do Trabalho, em Minas Gerais (MG), o seminário “Terceirização e retrocessos sociais: o PL 4330/04 e os movimentos sociais”. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi uma das entidades realizadoras do evento e o presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do seminário, além de ter coordenado um dos painéis, o qual tinha como tema “Terceirização e impactos trabalhistas”.

O evento foi promovido na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais e fez parte do “Ato público contra a terceirização: muito além do PL4330/04”, coordenador pela Rede Nacional de Pesquisas e Estudos em Direito do Trabalho e da Seguridade Social (Renapedts).

Ao saudar os participantes do evento, na abertura do painel, o presidente da ANPT destacou que os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o Brasil lamentam profundamente que se tenha um 1º de maio em um contexto tão precarizante e com tão graves afrontas aos direitos sociais. “Que nós possamos intensificar essa atuação coordenada, que possamos participar, cada vez mais, de eventos como este,



ANPT presente no seminário em BH

em que contamos com a presença tão significativa de toda a sociedade, de diversas instituições, de movimentos sociais, com a especialíssima presença de trabalhadores brasileiros dos mais variados segmentos, que possamos, enfim, trabalhar juntos na busca por avanços, para que não deixemos que se concretizem esses retrocessos nos direitos sociais com os quais lamentavelmente temos nos deparado nos últimos tempos”, ressaltou.

O procurador do Trabalho e diretor de assuntos legislativos da ANPT, Helder Amorim, que participou como palestrante do painel intitulado “terceirização e impactos públicos”, ressaltou que “a terceirização na administração pública desprofissionaliza as carreiras, dispersa o movimento sindical dos servidores e cria um abismo discriminatório entre servidores e terceirizados, fragilizando

profundamente a organização funcional da Administração Pública”.

Já a procuradora do Trabalho Lutiana Nacur enfatizou a importância do movimento sindical para a evolução das condições de trabalho no Brasil e salientou as três consequências mais aviltantes do projeto da terceirização: quebra do movimento sindical e o enfraquecimento brutal do meio ambiente de trabalho e o alto índice de acidente. Ao final do evento, foi lida a “Carta de Belo Horizonte”, por meio da qual os participantes manifestaram sua posição contra o PL da terceirização.

No dia anterior, a ANPT participou, representada por sua delegada na Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo, Silvana Marcia Montechi Oliveira, de evento realizado em moldes semelhantes ao de Minas Gerais, tendo o evento ocorrido na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo. **N**

Manifestação contra terceirização é entregue a senador no RS

Foi entregue, dia 08 de junho, ao senador Lasier Martins (PDT/RS), manifestações subscritas pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contrárias ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015. O encontro aconteceu no escritório político do parlamentar, em Porto Alegre, ocasião na qual a diretora da ANPT Márcia Bacher Medeiros, juntamente com o procurador-chefe do MPT no Rio Grande do Sul, Fabiano Holz Bezerra, e dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e da Associação dos Magistrados Trabalhistas daquela Regional apresentaram ao senador a contrariedade em relação à matéria das instituições e entidade ali representadas.

No documento da ANPT, a Associação destaca que o PLC pretende acabar com os limites à terceirização, que atualmente só é admitida na atividade-meio das empresas e desde que inexistente a subordinação e a pessoalidade, incitando a proposta sua



Reunião aconteceu no gabinete do senador

prática de forma indiscriminada. Para a entidade, caso o projeto venha a ser aprovado da maneira como está, “representará, na prática, MAIS acidentes de trabalho, MAIS rotatividade no mercado, MAIS precarização, MENOS direitos, MENOS salário e MENOS respeito aos trabalhadores”. **N**

ANPT participa de audiências públicas sobre terceirização em várias partes do Brasil

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que prevê a ampliação da terceirização de serviços para todas as áreas das empresas, sem as limitações atualmente existentes, tem sido tema de audiências públicas em todo o Brasil, promovidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob o comando do senador Paulo Paim (PT-RS), nas assembleias legislativas dos estados. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) participa de todas as reuniões, seja por meio de seus diretores, delegados ou de seus associados.

Em todas as audiências, os representantes da ANPT levaram a posição enfática dos membros do Ministério Público do

Trabalho (MPT) e da ANPT contrária à proposta. De maneira geral, foi ressaltado que o PLC em tramitação no Senado tem um caráter extremamente precarizante e prejudicial aos trabalhadores.

Entre as razões apontadas pelos procuradores do Trabalho para a rejeição do PLC, têm sido enfatizados pontos importantes e que não podem deixar de ser considerados em relação ao projeto, como a impossibilidade de ter terceirização da atividade-fim das empresas, a necessidade de se garantir a responsabilidade solidária dos integrantes da cadeia produtiva, a indispensável isonomia entre o tratamento dado entre os trabalhadores terceirizados e os con-

tratados de forma direta e a necessidade de enquadramento sindical adequado, entre outros.

Outra questão apontada por eles é a de que terceirizar a atividade-fim das empresas é inconstitucional e diminui o sentido e o conteúdo dos direitos fundamentais dos trabalhadores, na medida em que esvazia a eficácia desses direitos e fere a Constituição porque retira a função social da propriedade privada, simbolizada nos bens de produção substanciados pela empresa. Tem sido destacada, também, a ligação da terceirização com o trabalho em condições degradantes em diversas situações.

Confira nas fotos a seguir a participação da ANPT nas audiências:



A primeira audiência pública foi promovida em Minas Gerais, dia 29 de maio. A procuradora do Trabalho Adriana Augusta de Souza Moura participou do evento



No dia 19 de junho a cruzada de audiências chegou ao Paraná. O secretário-geral da ANPT, Marcelo Adriano da Silva, falou em nome da entidade no evento



Já no dia 25 de junho foi a vez do Rio Grande do Sul debater a questão da terceirização. O associado da ANPT Fabiano Holz Beserra, participou da reunião e falou em nome da instituição



Dia 8 de junho foi a vez de Santa Catarina receber a audiência pública sobre o PLC30. O delegado da ANPT em SC, Luiz Carlos Ferreira, representou a entidade



O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, falou sobre o posicionamento da entidade na audiência pública realizada no Rio de Janeiro, dia 26 de junho



A delegada da ANPT em São Paulo, Silvana Márcia Montechi Valladares de Oliveira, participou, dia 29 de junho, da audiência pública promovida no Estado



Em Recife, o delegado da ANPT em Pernambuco, Marcelo Crisanto Souto Maior, falou em nome da ANPT, na audiência realizada dia 3 de julho

*Para conferir a cobertura completa das audiências públicas acesse www.anpt.org.br.

Seminário debate relações de trabalho na administração pública

Foi realizado, nos dias 21 e 22 de maio, seminário internacional sobre as relações de trabalho na administração pública, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília. O evento, que teve como palestrantes autoridades nacionais e estrangeiras especialistas na temática, contou com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, tendo este último, inclusive, participado da cerimônia de abertura do seminário.

O evento teve como objetivo apresentar um panorama comparado das relações trabalhistas no setor público, debatendo os mecanismos jurídicos oferecidos para assegurar maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços à população, especialmente a discussão de estratégias para a prevenção e correção de irregularidades trabalhistas na Administração Pública brasileira e para o enfrentamento da corrupção.

Além do vice-presidente da ANPT, compuseram a mesa da cerimônia de abertura também o procurador-geral do Trabalho,



Foto: Ascom/ANPT

Luis Camargo, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Antônio José de Barros Levenhagem, a procuradora Regional do Trabalho Adriane Reis de Araújo, o diretor-geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, promotor de Justiça Nardel Lucas da Silva, e o Coordenador Nacional da CONAP, procurador do Trabalho Rômulo Barreto de Almeida. **N**

Coordenadorias do MPT promovem reuniões semestrais

No mês de maio, duas coordenadorias nacionais do Ministério Público do Trabalho (MPT) promoveram reuniões em Brasília: a Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap), dia 20 de maio, e a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), dia 12 de maio. Em ambas, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da abertura e falou sobre o andamento de proposições legislativas acompanhadas pela ANPT no Congresso Nacional, além de outros temas que são de interesse direto dos membros do MPT.

Uma das questões abordadas pelo procurador tratou da tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, atualmente no Senado Federal. Azevedo Lima falou sobre a importância do parecer divulgado pelo procurador-geral da República (PGR), Rodrigo Janot, nos autos de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no qual a ANPT formalizou seu pedido de ingresso, na condição de *amicus curiae*. A manifestação do PGR ressaltou, expressa e enfaticamente, que terceirizar a atividade-fim fere fragrantemente a Constituição Federal, o que também é destacado pela ANPT em sua manifestação naqueles autos em tramitação na Suprema Corte brasileira.



Fotos: Ascom/ANPT



Outro assunto destacado pelo presidente da ANPT, neste caso especificamente na reunião da Conap, disse respeito à participação da entidade em audiência pública realizada no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tratar de medidas que venham a otimizar o combate à corrupção. Azevedo Lima destacou pontos de sua fala na audiência pública, em que enfatizou a relação direta da atuação dos membros do MPT no combate a práticas de corrupção, principalmente no que diz respeito ao combate às irregularidades no âmbito da Administração Pública.

Já na reunião da Conaete, o procurador destacou a relação do tema da terceirização com a atuação da Coordenadoria e de seus membros, visto que, segundo ele, “é do conhecimento de todos a ligação entre trabalho terceirizado – ainda mais em se pensando numa terceirização em moldes ilimitados – com a precarização das condições laborais, muitas vezes descambando para o trabalho em condições degradantes e, por conseguinte, em condições análogas às de escravo, não se olvidando, também, a incidência muito grande, bem acima da média constatada em outras atividades, da chamada escravidão contemporânea em situações que envolvem terceirização de serviços”. **N**

ANPT reúne-se com membros do MPT no Paraná

No dia 26 de maio, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve reunido com os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) lotados na Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná (PRT) da 9ª Região, em Curitiba (PR). Na ocasião, dezenas de associados da entidade que atuam naquela Regional participaram do encontro, inclusive membros lotados no interior do Estado, que participaram da reunião por meio de videoconferência.

Entre os temas tratados na reunião, foram esclarecidos diversos pontos referentes a proposições legislativas e requerimentos administrativos e ações judiciais que têm relação com a categoria e dizem respeito a matérias de interesse dos membros do MPT. Entre eles, a concessão de auxílio-moradia para cônjuges e aposentados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, que restabelece pagamento de adicional pelo tempo de exercício na carreira do



Reunião com associados da ANPT na PRT-9

Foto: Ascom/PRT-9

Ministério Público e da magistratura, questões referentes ao exercício cumulativo de ofícios e ao pagamento da respectiva gratificação, atuação conjunta das entidades de classe dos membros do Ministério Público brasileiro em relação a diversos temas, entre outros.

De acordo com o presidente da ANPT, “o encontro foi extremamente produtivo, por possibilitar um contato mais direto com os colegas, sendo sempre importan-

te que aproveitemos essas oportunidades em que temos compromissos associativos em diversas partes do Brasil para nos reunirmos com os Associados que atuam em cada um desses locais, atualizando os colegas acerca de diversos temas alusivos ao trabalho desenvolvido pela ANPT, ouvir os questionamentos, críticas e sugestões, bem como, e de maneira especial, buscar esclarecer as dúvidas eventualmente existentes”, destacou. **N**

Atuação dos membros do MPT é apresentada em faculdade de Direito

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, falou, dia 13 de maio, sobre a atuação dos procuradores do Trabalho e sobre a instituição Ministério Público do Trabalho (MPT) aos alunos do curso de direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). A ação faz parte de um projeto da ANPT relacionado à apresentação da atuação institucional no meio acadêmico, que visa a levar/apresentar informações sobre a instituição e seus membros aos estudantes de diversas universidades.

Durante sua apresentação, o presidente da ANPT ressaltou que a atuação, no âmbito do MPT, vivenciou uma verdadeira revolução a partir da Lei Complementar 75/93, que é a Lei Orgânica do Ministério Público da União. “É bem verdade que todo o Ministério Público brasileiro passou a conviver com alterações muito significativas com a promulgação da Constituição de 1988, além dos avanços que já tinham sido sentidos um pouco antes, em 1985, com o advento da Lei de Ação Civil Pública (LACP). No caso específico do MPT, a LC 75 foi a grande responsável por uma mudança enorme na própria forma de atuação institucional, que até então se dava quase exclusivamente como órgão interveniente, na condição de ‘parecerista’, passando a ser preponderantemente uma atuação de órgão agente”, esclareceu.

O procurador expôs, na sequência, exemplos concretos de atuação dos procuradores do Trabalho no Brasil inteiro em questões como o combate ao trabalho escravo, ao trabalho in-

fantil, às contratações irregulares na Administração Pública, às fraudes em geral, na promoção do meio ambiente do trabalho adequado e seguro, da liberdade sindical, tratando do trabalho portuário e aquaviário, entre diversas outras questões relacionadas à temática laboral. Azevedo Lima apresentou, também, esclarecimentos sobre os instrumentos utilizados nessa atuação, como os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e as Ações Cíveis Públicas.

Por fim, o presidente da ANPT propôs aos estudantes que, ao tomarem suas decisões sobre a profissão a seguir, escolham a carreira com a qual tenham mais afinidade e para a qual se sintam mais vocacionados. “Não escolham movidos exclusivamente por questões da estrutura da carreira e nem da remuneração respectiva, escolham realmente como forma de poder contribuir efetivamente para a sociedade como verdadeiros agentes de transformação social”, destacou. **N**



Representantes de várias carreiras da área do Direito falaram para os estudantes

Foto: Ascom/ANPT

Trabalho infantil é debatido na Câmara Legislativa do DF

No dia 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) promoveu audiência pública pela erradicação do trabalho infantil e por uma educação de qualidade, proposta pelo deputado Joe Valle, a partir de solicitação do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do DF. A diretora financeira da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ana Cláudia Rodrigues Monteiro, foi uma das convidadas a se pronunciar no evento. O presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, também falou durante a audiência, que contou com a presença do vice-presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, representantes de outras entidades de classe da magistratura, da sociedade civil, autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, além de várias dezenas de crianças oriundas de escolas públicas do Distrito Federal.

Em sua manifestação, a diretora da ANPT ressaltou que o trabalho infantil se combate com a educação, em primeiro lugar, e com assistência social efetiva. Falou também que o Ministério Público está atento a isso e que tem buscado, além de cobrar atitudes concretas, participar ativamente de todo esse processo, como já tem feito, por exemplo, ao participar de várias ações de combate a trabalho infantil, inclusive em parcerias desenvolvidas com a Secretaria de Educação.



Diretora financeira da ANPT disse que trabalho infantil se combate com educação

A união de esforços, de acordo com Ana Cláudia Monteiro, é uma grande aliada. Nessa linha, ela destacou a parceria com a Justiça do Trabalho, que também tem crescido e evoluído no sentido de cada vez mais garantir políticas públicas, assim como com os entes estatais em geral. “Nós estamos muito empenhados para garantir que o Estado cumpra o seu papel. A Constituição diz que crianças e adolescentes são prioridades, então nós temos que fazer com que isso aconteça e é preciso articulação dos agentes envolvidos”, disse.

A procuradora falou também sobre a recente Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), instituição que representa as

grandes emissoras de TV e de Rádio, que questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) essa competência. “Excluir a competência da Justiça do Trabalho de julgar casos dessa natureza é indubitavelmente um grande ataque, uma grande investida contra o direito da criança e do adolescente, porque a Justiça do Trabalho é, sem sombra de dúvidas, a mais adequada e a que possui mais elementos para tratar dessa questão”, informou.

Ana Cláudia Monteiro falou, ainda, sobre o pedido da ANPT, protocolizado naquela data, de intervenção nessa ação para tentar barrar essa investida contra a proteção da criança e do adolescente, no que diz respeito às autorizações judiciais.

MUDANÇA CULTURAL

O presidente da ANPT, por sua vez, falou sobre o posicionamento enfático da entidade contra o trabalho de crianças e acerca da imprescindível observância de todas as limitações necessárias em relação ao trabalho de adolescentes, respeitando-se seu desenvolvimento físico e psíquico. Segundo ele, para se avançar efetivamente no combate a essa verda-

deira chaga social, mostra-se necessário abandonar o discurso meramente retórico e, entre outras inúmeras medidas, investir maciçamente em educação.

Azevedo Lima ressaltou, ainda, que fato mais preocupante diz respeito à aceitação social que se costuma reservar ao trabalho infantil. De acordo com o procurador, “não se pode dar qualquer guarida ao discurso fácil de que seria preferível a criança trabalhar a roubar e matar, como se as suas opções se restringissem a ser explorada ou cometer algum crime, trabalhar ou virar bandido”. Em verdade, destacou ele, “o que se constata é que a exploração do trabalho infantil acaba por retirar das crianças e dos adolescentes a possibilidade de um futuro com alguma – ainda que mínima, muitas vezes – dignidade”.

Ele enfatizou ser necessário, antes de tudo, promover uma verdadeira mudança cultural de parcela expressiva da sociedade no que diz respeito ao tema. Assim como a diretora da ANPT, o presidente da entidade também destacou a importância de uma atuação concatenada entre diversos órgãos e instituições para que se tenha efetividade no combate ao trabalho infantil. **N**



O presidente da ANPT reforçou a necessidade de uma mudança cultural da sociedade



Crianças lotaram o plenário da Câmara Legislativa

“É lamentável que cada vez mais se busque criminalizar a infância”

A frase acima é do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e foi pronunciada, dia 07 de julho, durante a sessão solene pelo aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), proposta pelo deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS). O evento foi promovido no plenário da Câmara dos Deputados e contou também com a participação do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, além de diversos parlamentares, dos mais variados partidos, representantes de entidades e instituições ligados à defesa dos direitos da infância, entre outros.

Em seu pronunciamento, o presidente da ANPT disse que a sessão vem em um momento oportuno, visto que pouco se tem visto na imprensa ou nos debates sociais algo sobre a relevância de se dar concretude ao que a Constituição destaca há quase três décadas acerca da necessidade de respeito à proteção integral de crianças e adolescentes. De acordo com o procurador, o contexto é todo preocupante, pois, além de se buscar criminalizar a infância e a adolescência, observa-se, a todo instante, tentativas de se avançar na supressão de direitos basilares da sociedade, o que, em sua ótica, mostra-se inadmissível num pretenso Estado de Direito.



Sessão especial em alusão aos 25 anos do ECA



Presidente da ANPT durante seu pronunciamento

Fotos: Ascom/ANPT

“Se, como tem sido dito com propriedade por várias pessoas hoje nesta solenidade, a melhor maneira de homenagear os 25 anos do ECA é barrar a redução, nós destacamos, concordando com essa premissa, ser relevante colocarmos a questão no plural, para que sejamos enfaticamente contrários à redução da maioria penal, mas também, e de maneira não menos enfática, contra a redução da idade mínima para o trabalho, conforme prevê a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011. Não a ambas as reduções, portanto. Criminaliza-se a criança de um lado, coloca-se para trabalhar mais precocemente do outro e, com isso, intensifica-se o círculo vicioso de miséria, impedindo uma formação mais adequada desses adolescentes”, ressaltou.

Segundo Azevedo Lima, a PEC 18 fere, inclusive, convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, a exemplo da Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Precisamos avançar para dar concretude ao respeito aos direitos fundamentais, respeitando a premissa da proteção das crianças e dos adolescentes. Só assim poderemos avançar para que tenhamos, efetivamente, uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária. Não olvidemos, ademais, que lugar de criança e adolescente é na escola! Não à redução da maioria penal, não à redução da idade mínima para o trabalho de adolescentes”, finalizou o presidente da ANPT. **N**

ANPT intervém no STF em ação que questiona competência para autorizar trabalho infantil

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) formalizou pedido de admissão, dia 12 de junho, na condição de *amicus curiae*, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5326, que dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conceder autorização para trabalho artístico de crianças e adolescentes. A ADI foi ajuizada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e está sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio Mello.

A ação questiona Recomendações, Provimentos e outros atos que atribuíram à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar “causas que tenham como fulcro a autorização para trabalho de crianças e adolescentes, inclusive artístico”.

De acordo com a ANPT, os atos não padecem de nenhuma inconstitucionalidade e/ou ilegalidade, além de não descumprirem nenhum preceito fundamental - houve pedido alternativo de, na hipótese de não se conhecer a ação como ADI, fosse ela recebida como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

“Por todas essas razões, entre diversas outras que foram amplamente fundamentadas na petição formalizada pela ANPT na Suprema Corte, pugnamos pelo não conhecimento da ação, destacando, ademais, subsidiariamente, que, na remota hipótese de vir a ação a ser conhecida, sejam seus pedidos julgados improcedentes”, esclarece o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. **N**

FNPETI debate a proteção para atletas mirins e o combate ao trabalho infantil doméstico

Mais de 300 pessoas participaram da 2ª reunião ordinária do Fórum Nacional de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), realizada dia 17 de junho, em Fortaleza (CE). Entre os presentes, a delegada da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) na Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região (PRT-7), Francisca Helena

Duarte Camelo, que representou a entidade no evento. Além dela, estiveram presentes representantes da Organização Internacional do Trabalho, do Ministério da Saúde, do Ministério Público do Trabalho, da prefeitura de Fortaleza, de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente e educadores da rede pública de 77 municípios cearenses.

O trabalho infanto-juvenil no esporte - em especial, no futebol - foi um dos temas de destaque no encontro. Integrantes do Fórum apresentaram, como sugestão, uma parceria entre Ministério do Esporte e Conselho Nacional de Educação Física, para capacitar e regularizar as entidades de formação desportiva no Brasil. **N**

Trabalho infantil é tema de debate na Câmara dos Deputados com a presença da ANPT

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu, dia 16 de junho, audiência pública para debater o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam o evento, que contou com a presença de diversas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário, além de outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), como o subprocurador-geral

do Trabalho Maurício Correa de Mello e o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo. A reunião foi conduzida pelo deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), que propôs a audiência.

Foram convidados a se pronunciar na audiência os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélcio Bentes e Kátia Magalhães Arruda, a secretária-executiva do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Distrito Federal, Isa Maria Oliveira, a pesquisadora da ONG Repórter Brasil Fernanda Sucupira e a representante do Movimento Humanos Direitos, Cristina Pereira.

**Não à redução da
maioridade penal!**

Lugar de criança e adolescente é na

escola.

ANPT acompanha tramitação de PECs na Câmara dos Deputados

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, intensificaram, ao longo dos meses de junho e julho, a articulação na Câmara dos Deputados com parlamentares para tratar, de forma mais enfática, de dois temas de grande relevância e com forte relação com a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), com os direitos sociais em geral e com todo o Ministério Público brasileiro. O primeiro deles foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2011 e o segundo relativo à PEC 82/2015.

A PEC 18, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), é de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP/PR) e tem como relator o deputado Paulo Maluf (PP/SP). Outras duas propostas com objetivos semelhantes foram apensadas à ela. São elas a PEC 35/2011, do ex-deputado Onofre Agostini (PSD-SC), e a PEC 274/2013, do deputado Edinho Bez (PMDB-SC). A proposta prevê a autorização do trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos, reduzindo a idade mínima para o trabalho, que atualmente é de 16 anos, como previsto na redação atual da Constituição Federal. A matéria esteve em pauta na Comissão por diversas vezes com forte pressão de parlamentares para que o projeto fosse votado. Na sessão do dia 8 de julho ficou acertada pelos integrantes da CCJ a realização de uma audiência pública sobre o tema, à qual a ANPT se fez presente no dia 14. O procurador do Trabalho e coordenador nacional de Combate à Exploração



Fotos: Ascom/ANPT

Relator recebeu nota técnica da ANPT sobre o assunto

do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rafael Dias Marques, foi um dos expositores.

Já sobre a PEC 82/2015, que permite o exercício de atividade político-partidária por parte de membros do Ministério Público, os diretores da ANPT conversaram sobre o assunto com o deputado Veneziano Vital do Rêgo, que é autor da proposta. Vale lembrar que a referida proposição legislativa foi apensada à PEC 392/2014, cujo autor é o deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) e tem como relator o deputado João Campos (PSB-GO), ambos já contatados pela ANPT, inclusive tendo sido seus respectivos gabinetes pessoalmente visitados, mais uma vez, nos dias 18 de junho e 07 de julho.

No encontro com Veneziano Rêgo, o presidente e o vice-presidente da ANPT conversaram com o parlamentar sobre a importância de se restabelecer a capacidade eleitoral passiva para os membros do MP. Segundo o presidente da Associação, “não se concebe um sistema em que aos membros do Ministério Público só se permite o exercício de uma cidadania pela metade, ao contrário do que ocorre com os integrantes de todas as demais classes e, enfim, com todos os demais brasileiros em geral”, destacou Azevedo Lima. O parlamentar garantiu o seu apoio à temática, bem como enfatizando serem estas as razões que o levaram a apresentar a proposta, e reafirmou o seu compromisso para contribuir em tudo que for necessário para que a matéria seja apreciada o quanto antes no Congresso Nacional. **N**



Diretores da ANPT conversaram com o deputado Veneziano Vital do Rêgo

30 anos da Lei da Ação Civil Pública são comemorados em simpósio

Foi realizado, nos dias 1º e 2 de julho, o simpósio “Jornada histórica do MPT - 30 anos da Lei da Ação Civil Pública”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília. O evento marcou as 03 décadas desde a aprovação da Lei 7.347/1985, que trata do instrumento da ação civil pública (ACP). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo

de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da solenidade de abertura do simpósio, que foi promovido em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Durante a abertura do evento, foi realizado o lançamento do livro “Jornada de trabalho - Histórias do Ministério Público do Trabalho”.

Candidatos ao cargo de procurador-geral da República recebem visitas das entidades do MPU

Fotos: Ascom/ANPT



Rodrigo Janot Monteiro de Barros foi visitado pelas associações



Reunião com a subprocuradora-geral Raquel Elias Ferreira Dodge



Subprocurador-geral Carlos Frederico Santos recebeu as entidades de classe



Mario Luiz Bonsaglia recebeu representantes da ANPT, da AMPDFT e da ANMPM

Representantes das entidades de classe do Ministério Público da União, entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, estiveram reunidos, dias 19, 23 e 24 de junho, com os candidatos ao cargo de procurador-geral da República. O objetivo dos encontros foi o estreitamento de laços entre eles e uma conversa sobre temas que são de interesse comum para os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Ministério Público Militar (MPM), além do Ministério Público Federal (MPF).

Durante as reuniões, diversos temas foram tratados com os candidatos, que destacaram estarem abertos ao diálogo, tanto no que diz respeito a assuntos relacionados à chamada “área meio” como na seara finalística das atuações dos membros de cada uma das carreiras. Questões como a distribuição de servidores, criação de novos cargos, resguardo das prerrogativas dos membros do Ministério Público, temas de interesse mais direto da classe, atuação no Supremo Tribunal Federal (STF) em assuntos trabalhistas, entre diversos outros, constaram da pauta das reuniões com os candidatos.

No caso específico do MPT, o presidente da ANPT ressaltou a importância de a procuradoria-geral da República dar cada vez mais atenção a temas como a terceirização, o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, às contratações irregulares na administração pública, trabalho em portos, enfim, “assuntos relacionados à seara trabalhista que têm chegado cada vez com maior ênfase nas discussões da Suprema Corte e precisamos que tenham a devida atenção, dadas as repercussões para parcela bem expressiva da sociedade que têm os temas relacionados à defesa e à promoção dos direitos sociais”, destacou Azevedo Lima.

Durante a reunião com o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente da ANPT entregou moção dos membros do MPT para que seja respeitada a vontade expressada pelo Colégio de Procuradores do Trabalho no que diz respeito à escolha do procurador-geral do Trabalho, nomeando-se o candidato que receber o maior número de votos, de modo a se respeitar a vontade da classe. “Entendemos que estamos num momento extremamente oportuno para enfatizar essa questão, que é muito cara aos membros do MPT, demonstrando-se que o que se pleiteia, quando destacamos a relevância de se nomear aquele efetivamente escolhido pela classe, leva em conta um critério estritamente objetivo e democrático, sem direcionamento em benefício de quaisquer dos candidatos, mas sim dando-se concretude a um princípio tão importante para todos nós”, destacou Azevedo Lima. **N**

ANPT participa de debate entre candidatos ao cargo de procurador-geral da República

Fotos: Ascom/ANPT

Foi realizado, dia 29 de junho, na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília-DF, o primeiro debate entre os candidatos à lista tríplice para o cargo de procurador-geral da República. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram do evento, ocasião na qual a ANPT formulou pergunta a todos os candidatos, inclusive representando as entidades de classe dos membros dos demais ramos do Ministério Público da União (MPU).

Concorrem ao cargo os subprocuradores-gerais Carlos Frederico Santos, Mario Luiz Bonsaglia, Raquel Elias Ferreira Dodge e o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros. As campanhas para a Lista Tríplice vão até o dia 4 de agosto e a eleição será realizada no dia 5 de agosto.

O questionamento feito pelo presidente da ANPT em nome dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e dos demais ramos do MPU, notadamente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Ministério Público Militar (MPM), enfatizou a necessidade de atenção aos membros do MPU como um todo, sem preponderância do Ministério Público Federal (MPF) em detrimento dos outros três ramos, o que, segundo ele, verifica-se inclusive na distribuição dos cargos que, por determinação legal e constitucional, são destinados ao MPU, embora invariavelmente sejam ocupados exclusivamente por membros do MPF.

Nesse sentido, foi perguntado como os candidatos pretendem enfrentar essa questão, inclusive no que diz respeito a uma possível rotatividade dos ramos em relação às nomeações para a titularidade dos cargos que digam respeito a todo o MPU.

Ainda durante sua manifestação, o presidente da ANPT, ao complementar a sua pergunta, indagou: “Na hipótese de não concordar com essa rotatividade, a qual reputamos salutar, mas, caso não concorde algum ou todos os candidatos



ANPT fez questionamento em nome das entidades de classe dos membros do MPU



Debate aconteceu na PGR

com a adoção de sistema de ‘rodízio’ ou equivalente, o que propõe, mas que vá além do mero compromisso formal de indicar o nome mais adequado independentemente do ramo por essa pessoa integrado, sendo que esse tipo de posicionamento não tem ensejado, até hoje, a nomeação de integrante dos demais ramos, mas sempre de membros do MPF?”, questionou, dirigindo-se a todos os candidatos.

Sobre o assunto, o candidato Carlos Frederico Santos disse que é necessário estudar o tema e verificar como superar essa questão da melhor maneira possível. afirmou, também, que o modelo que conhece de MP é inclusivo, participativo, sendo importante prestigiar a participação de todos os ramos nas questões atinentes ao MPU.

Raquel Dodge, por sua vez, falou que é necessário abrir espaço de discussão entre todos os integrantes do MPU, a fim de coletar os questionamentos e informações existentes. Ressaltou acreditar que o fortalecimento da unidade institucional é imprescindível e sugeriu

se abrir um edital para que todos os membros do MPU apresentem currículo e projeto a fim de democratizar o acesso e a identificação de pessoas com perfil de representar a instituição num órgão colegiado.

Rodrigo Janot afirmou que essa não é uma

questão que se deva resolver por tabelamento, por rodízio, mas afinar o perfil da pessoa com o órgão que se pretende o exercício, sem deixar de prestigiar todos os ramos. Ressaltou o comprometimento de sua gestão atual com a participação colegiada dos quatro ramos do MPU, inclusive com discussões das questões relevantes para a instituição como um todo no âmbito do Conselho de Assessoramento Superior do MPU, com participação de todos os ramos, tendo se chegado até a editar normas e atos conjuntos. afirmou também que em seu gabinete buscou se cercar de membros dos demais ramos.

Mario Bonsaglia, por sua vez, disse que a questão é delicada e complexa e afirmou que não teria como se comprometer com a ideia de um rodízio para ocupar esses cargos, embora reconhecendo a relevância de se atentar também para a participação dos demais ramos. Ressaltou que “há colegas extremamente qualificados” e lembrou que tem preocupação com a valorização de todos os ramos do MPU. **N**

Secretário-geral do MPU recebe entidades de classe

Representantes de membros dos quatro ramos do Ministério Público da União (MPU) foram recebidos, dia 25 de junho, pelo secretário-geral do MPU, Lauro Cardoso. Na pauta da reunião estavam temas de interesse direto das carreiras, como o pagamento da gratificação decorrente do exercício cumulativo de ofícios, a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e a conversão da licença prêmio em pecúnia, além do pagamento de débitos pretéritos alusivos à ajuda de custo por remoção, entre diversas outras questões.

Na ocasião, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou a necessidade de paridade entre os membros do MPU e do Judiciário, a exemplo do que se verifica a partir de regulamentação implementada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em relação ao exercício cumulativo de jurisdição. Sobre o pagamento da PAE e da conversão da licença prêmio em pecúnia, Azevedo Lima destacou que já há muito tempo os membros que fazem jus ao recebimento de tais valores não recebem o que lhes é devido. Sobre este assunto, Cardoso disse que seria necessário um esforço conjunto entre Judiciário e Ministério Público para resolver essa questão.



Diversos temas foram tratados na reunião

Foto: Ascom/ANPT

Azevedo Lima esclareceu também pontos relativos a requerimento formalizado pela ANPT quanto à necessidade de se adotar uma interpretação mais ampla no que diz respeito aos limites atinentes ao teto constitucional. “Ora, se o teto diz respeito ao máximo que se pode pagar no âmbito da Administração Pública, obviamente que não se pode tomar como base apenas o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), pois estes percebem outras verbas sem incidência do chamado ‘abate-teto’”, explicou.

O presidente da ANPT, acompanhado dos outros representantes de associações do MP, esteve reunido também, dia 27 de maio, com o chefe de gabinete do procurador-geral da República (PGR), Eduardo Pelella, para tratar da mesma pauta.

Pelella informou que a administração do MPU não tem medido esforços para efetuar tais pagamentos, mas isso ainda não teria se mostrado possível em decorrência dos cortes orçamentários que têm sido impostos. Ele explicou, ainda, que essa situação seria permanentemente discutida com a equipe econômica do Governo Federal, porém até o momento sem que tenham sido alcançadas as definições pleiteadas. **N**



Entidades de classe reunidas com o chefe de gabinete do procurador-geral da República

Foto: Ascom/ANPT

CNMP comemora 10 anos de fundação

No dia 1º de julho, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) comemorou 10 anos de fundação. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da solenidade em alusão à data, que contou com a participação de diversos conselheiros, membros auxiliares e servidores do CNMP, além de representantes de vários ramos do Ministério Público. A ANPT, na ocasião, falou em nome das entidades de classe de membros do Ministério Público (MP).

Durante seu pronunciamento, o presidente da ANPT ressaltou que as associações que representam os membros do MP acompanham de perto o trabalho do CNMP desde o início e podem constatar



ANPT representou as entidades de classe do MP

Foto: Ascom/ANPT

e atestar os inquestionáveis avanços do conselho ao longo desta primeira década de atuação. O procurador falou, também, que a destacada atuação do conselho demonstra a relevância do trabalho conjunto e concatenado entre membros, servidores e instituições e entidades parceiras. “Os servidores do CNMP possuem um papel

inestimável para este órgão, mas não olvidemos que ele não é um fim em si mesmo, de modo que sua atuação irradia os resultados por meio dela obtidos para todos os ramos do Ministério Público e refletindo, em última análise, para a sociedade brasileira como um todo, efetiva destinatária de toda essa atuação”, pontuou. **N**

ANPT reúne-se com relator de PEC que restaura a capacidade eleitoral passiva dos membros do MP

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, esteve reunido, 18/06, com o deputado federal João Campos (PSDB-GO). O parlamentar é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 392/2014, que visa a restabelecer a capacidade eleitoral passiva dos membros do Ministério Público (MP).

Na ocasião, Farias da Costa apresentou ao parlamentar argumentos que justificam o restabelecimento deste direito político. “Entendemos que os membros do Ministério Público não podem ser tolhidos do direito a serem votados e, eventualmente, serem eleitos para



Vice-presidente da ANPT com o relator da PEC

cargos eletivos no Poder Executivo e no Poder Legislativo, uma vez que, como defensores do regime democrático e da ordem jurídica, podem contribuir so-

bremaneira para o debate dos principais temas de interesse da sociedade”, disse.

“Pugnamos pelo restabelecimento da capacidade eleitoral passiva, o que nos era garantido quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 e foi retirado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, para que possa ser restabelecida nossa cidadania política plena”, ressaltou o vice-presidente da ANPT.

O deputado João Campos informou ainda não ter convicção formada sobre a matéria, mas afirmou que analisaria com prioridade a questão. A ANPT tem intensificado o contato com os parlamentares a fim de demonstrar a importância do tema. **N**

Audiência pública na Câmara debate a relação entre o MPT e as entidades sindicais

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promoveu, dia 18 de junho, audiência pública para discutir possíveis conflitos na relação entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e entidades sociais e sindicais. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou do debate, que teve o deputado Glauber Braga (PSB-RJ) como solicitante da reunião.

Na ocasião, Farias da Costa disse que se sentia feliz em poder participar de uma audiência em que discute a atuação do próprio MPT, ainda que seja de uma forma contestadora da atuação da instituição. “Penso que o debate neste momento é importantíssimo para o crescimento da atuação do Ministério Público e para o crescimento também do movimento sindical. Importante deixar claro que nós do Ministério Público do Trabalho estamos sempre abertos ao debate e ao diálogo, destacando que estamos sempre em contato com os agentes sociais e os movimentos sindicais, para trabalhar e atuar na defesa do ordenamento jurídico trabalhista”, disse.

O vice-presidente da ANPT enfatizou que os membros do MPT, ao contrário do que afirmaram alguns debatedores que participaram da audiência, têm sido parceiros dos sindicatos quando o tema é a defesa do direito do trabalhador. Como exemplo, ele citou o combate à terceirização irrestrita e outras proposições legislativas de cunho precarizante, em relação às quais a ANPT tem assumido uma posição marcadamente contrária, dados os malefícios que trazem para os direitos sociais.

“Em geral, nós temos inúmeras convergências com os sindicatos, sendo pontuais eventuais divergências. Não nos posicionamos, em momento algum, contra a atuação sindical. Muito pelo contrário. Por outro lado, como fiscais da lei e defensores do ordenamento jurídico, não podemos deixar de atuar quando ilicitudes são cometidas, seja por quem for”, ressaltou Farias da Costa.

Já sobre a independência funcional dos membros do Ministério Público, que foi questionada durante a audiência, Ângelo Fabiano disse que ela foi criada como garantia para a sociedade. Ressaltou, ainda, que um promotor de Justiça, caso não tivesse essa independência, poderia sofrer interferência política para, por exemplo, arquivar determinado processo ou agir de determinada forma, o que seria incompatível com o Estado de Direito e a defesa do próprio regime democrático.

No que diz respeito à contribuição sindical, o vice-presidente da ANPT ressaltou que o fato é que existe precedente jurisprudencial que diz que a contribuição só é exigível dos filiados, o que representa entendimento já pacificado tanto no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) quanto do próprio Supremo Tribunal Federal (STF). **N**



ANPT foi representada pelo vice-presidente da entidade

Foto: NOST

PEC 555 é tema de reunião entre entidades de classe

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que dispõe sobre o fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados, foi o tema central da reunião do dia 09 de julho, entre entidades de classe que representam os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e de várias carreiras, a exemplo dos auditores fiscais da Receita Federal, entre diversas outras. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram do encontro, que aconteceu na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e teve por objetivo traçar novas estratégias de atuação tendo por objetivo que a matéria seja pautada, votada e aprovada pelo Congresso Nacional brevemente.

De acordo com o presidente da ANPT, a PEC deve ser aprovada o quanto antes, porque representa o restabelecimento de uma justiça contributiva. Para ele, não é razoável que o servidor contribua ao longo de décadas para se aposentar, acumulando valores justamente para serem utilizados no pagamento dos seus proventos de aposentadoria e, ainda assim, precise continuar a pagar depois de aposentado. “Há dados técnicos que deixam claro não haver sequer justifica-



Foto: Ascom/ANPT

tiva numérica para esses descontos, a título de contribuição previdenciária dos inativos, dado que a previdência do setor público, sem que sejam misturados seus custos com outros – tais como os da seguridade social, nem de longe representa os déficits que são divulgados maliciosa e erroneamente, além de não se poder olvidar que o impacto financeiro da aprovação da medida não é significativo, representando apenas um percentual ínfimo, irrisório mesmo, do que o Governo deixa de arrecadar, por exemplo, com renúncias fiscais”, afirmou. **■**

Conatrae promove reunião ordinária

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 02 de julho, da reunião ordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Este foi o primeiro encontro com a presença do novo presidente da comissão, ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Pepe Vargas.

Na pauta de assuntos discutidos na reunião, estavam o cadastro de empregadores flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à de escravo, o planejamento interno das atividades, o monitoramento do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, além da necessidade de retomada da estratégia de diálogo com as Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetraes). Nesse sentido, inclusive, foi debatida a formatação do quarto encontro nacional de Coetraes.

Para o vice-presidente da ANPT, “a reunião mostrou-se extremamente proveitosa, sobretudo por terem sido discutidos temas

importantíssimos para a luta contra o trabalho em condições análogas à de escravo, tais como o fortalecimento do diálogo com as COETRAES, ações integradas a divulgação da ‘lista suja’ do trabalho escravo e o cenário político desfavorável aos direitos sociais, especialmente no âmbito do Congresso Nacional”. **■**



Foto: Ascom/ANPT

Campanha “João Cidadão” é lançada pelo CNMP

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cultura de direitos humanos no Brasil e aproximar o Ministério Público da sociedade, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou, dia 23 de junho, a campanha “João Cidadão”. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia,

ocasião na qual foram explicados detalhes da ideia e da concepção do projeto.

A campanha “João Cidadão” pretende divulgar conteúdo formativo e informativo sobre os direitos de todos os cidadãos, por meio de uma abordagem bem-humorada e dinâmica, apta a aproximar a sociedade - e principalmente os jovens - do debate sobre a cidadania **■**

Anamatra empossa sua nova diretoria

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 27 de maio, da posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), eleita para o biênio 2015/2017. Assumiu como

novo presidente da entidade o juiz Germano Silveira de Siqueira e como vice-presidente Guilherme Guimarães Feliciano.

Além do presidente da ANPT, estavam presentes na cerimônia autoridades dos três Poderes, entre elas os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministros Ricardo Lewandowski e Barros Levenhagen, respectivamente, o ministro do Trabalho, Manoel Dias, o senador Wellington Fagundes (PR/MT), dirigentes associativos, entre outros.

Em seu discurso, Germano Siqueira (Amatra 7/CE) firmou o compromisso da entidade pela preservação da justiça social, dos direitos trabalhistas e pela valorização da Magistratura, tarefas que, segundo ele, devem ser desempenhadas, especialmente, com atuação no Congresso Nacional. **N**

Foto: Ascom/Anamatra



Nova diretoria ficará à frente da entidade no biênio 2015/2017

Empossada nova diretoria da ANPR com a presença da ANPT

Tomou posse, dia 14 de maio, a nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), para o biênio 2015/2017. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. À frente da ANPR assume o procurador regional da República José Robalinho Cavalcanti e, como vice-presidente, Humberto Jacques de Medeiros.

Participaram da solenidade de posse, além do presidente da ANPT e do novo presidente da ANPR, o ex-presidente da entidade, Alexandre Camanho, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o advogado-geral da União, ministro Luis Inácio Adams, o ministro aposentado do STF José Francisco

Rezek, a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio César Bochenek, o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Giovanni Rattascaso, e o presidente da Associação do Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios, Elísio Teixeira Lima Neto, além de conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), parlamentares, magistrados, advogados, membros do Ministério Público da União (MPU), representantes da sociedade civil e diversas outras autoridades. **N**



Cerimônia foi realizada no auditório da Procuradoria Geral da República

Foto: Ascom/ANPT

ANPT participa de posse da nova diretoria da Amatra-10

Foto: Ascom/Amatra-10



Vice-presidente da ANPT representou a entidade na ocasião

Foi realizada, dia 29 de maio, a solenidade de posse da nova diretoria e do conselho fiscal da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Amatra-10). O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou da cerimônia, que foi realizada em Brasília. Assumiu como presidente da entidade a juíza Rosarita Machado de Barros Caron e, como vice-presidente, Cristiano Siqueira de Abreu e Lima. **N**

PRT-2 inaugura galeria dos ex-procuradores-chefes

Foi inaugurada, dia 21 de maio, a galeria de fotos dos ex-procuradores-chefes da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT-2). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, onde foram descerradas, ao todo, 12 imagens.

Durante a solenidade, Azevedo Lima destacou a relevância do resgate da memória institucional no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT). Ele falou também da relevância do trabalho da Regional que, de acordo com ele, muitas vezes serve de paradigma para a atuação da instituição no Brasil inteiro e que, em alguns casos, tem repercussão inclusive internacional. O procurador destacou, nesse sentido, algumas atuações paradigmáticas da PRT, envolvendo combate à escravidão contemporânea, ao trabalho infantil e



ANPT presente na inauguração do memorial

Foto: Ascom/PRT-2

na promoção de um meio ambiente de trabalho adequado, algumas delas com condenações multimilionárias como decorrência dos danos ocasionados e reconhecidos a partir da atuação do MPT na 2ª Região.

“Seguramente, para que essa destacada atuação seja hoje tão enfática e amplamente reconhecida há de se enfatizar

o imprescindível papel desempenhado por todos que fizeram e fazem a história da PRT-2, os membros e servidores desta Regional de ontem, de hoje e de sempre”, ressaltou, frisando também a relevância dessa atuação para a defesa e a promoção dos direitos sociais, na busca do resguardo dos interesses mais caros de toda a sociedade. **N**

Senado aprova indicação de novos conselheiros para o CNMP

O plenário do Senado Federal aprovou, dia 7 de julho, o nome de novas autoridades para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2015/2017. São três reconduções ao segundo mandato e três indicações para o primeiro. O indicado para representar o Ministério Público do Trabalho (MPT) naquele colegiado, o subprocurador-geral do Trabalho Otávio Brito Lopes, já teve seu nome aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam as sabatinas, que aconteceram na CCJ, juntamente com diversos outros membros do MPT e de outros ramos do Ministério Público brasileiro.



ANPT esteve presente nas sabatinas

Foto: Ascom/ANPT

Os nomes já aprovados pelo Plenário do Senado para a recondução foram os dos conselheiros Antônio Duarte, Marcelo Ferra, Walter Agra e Gustavo do Vale Rocha. Os aprovados para o exercício do primeiro mandato foram o promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe Orlando Rochadel Moreira, o juiz do Tribunal de Justiça do Espírito Santo Sérgio Ricardo de Souza, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o procurador de Justiça do Ministério Público de Roraima Fábio Bastos Stica.

Até o fechamento desta edição do informativo, cinco indicações ainda aguardavam a deliberação do Plenário do Senado, já tendo sido aprovados pela CCJ: o subprocurador-geral do Trabalho Otávio Brito Lopes; o procurador regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega; o promotor de Justiça Cláudio Henrique Portela do Rego; o advogado Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho e representante do Senado Federal no CNMP, Esdras Dantas de Souza. **N**



Conselheiros deverão tomar posse em agosto

Foto: Ascom/Amatira-10